

**25. ADENDA PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA:**

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal, a adenda ao Protocolo de colaboração celebrado em 1 de outubro de 2020, com a Cruz Vermelha Portuguesa, nos termos e com os fundamentos dos documentos anexos.

PROPOSTA

Assunto: **Ratificação** da adenda ao Protocolo de colaboração celebrado em 1 de outubro de 2020, com a Cruz Vermelha Portuguesa para a dotação de recursos humanos na estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo e na estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar.

I. Considerando que se mantém atual todo o enquadramento e motivos que levaram à celebração do Protocolo supra referido;

II. Considerando que continua a manter-se a situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19;

III. Considerando que tem vindo a ser sucessivamente renovado o estado de emergência – atualmente pelo DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 21-A/2021 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 39/2021, 2.º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2021-02-25;

IV. Considerando que as duas estruturas municipais de retaguarda, criadas pelo Município de Braga, a saber: (i) uma estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo; e (ii) uma estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar (que não disponham de condições familiares e ou estruturais para cumprirem o isolamento nas habitações próprias), têm sido imprescindíveis, no apoio conforme evidenciado no relatório em anexo (anexo II);

V. Considerando que estas estruturas exigem coordenação e acompanhamento 24 horas diárias, sete dias por semana;

VI. Considerando que a estrutura funcional atualmente existe, impõe que seja formada quer no âmbito das suas funções de prestadores de cuidados de higiene e acompanhamento, quer no âmbito de intervenção em ambiente COVID, que exige posturas de trabalho diferenciadas, exigências dominadas pela Cruz Vermelha Portuguesa.

VII. Esta pessoa coletiva de utilidade pública sem fins lucrativos integra diversas valências que a adequam ao acompanhamento que o Município de Braga necessita dar à situação excecional verificada, designadamente:

- dispõe de uma estrutura capacitada;
- dispõe de uma estrutura multidisciplinar (enfermeiros, auxiliares, técnicos);
- dispõe dos equipamentos necessários.

VIII. É fundamental ter presente a necessidade imperiosa destes equipamentos continuarem em funcionamento em face do número de pessoas infetadas com o COVID, e que atualmente são apoiados através daquela estrutura.

IX. Considerando que o Protocolo celebrado com a CVP terminaria a sua vigência no final do corrente mês de fevereiro;

X. Havendo urgência na sua renovação, face à extrema necessidade da manutenção do mesmo em vigor;

XI. Foi celebrada a Adenda que se anexa, em 26 de fevereiro de 2021.

Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere:

A) RATIFICAR a Adenda ao Protocolo (em ANEXO), por mim celebrado nos termos do previsto nas alíneas g), h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de

acordo com a possibilidade prevista no nº 3 do artigo 35º da referida Lei.

Junto se anexa as fichas do compromisso e cabimento da Divisão de Contabilidade, bem como os relatórios globais de atividade das duas Unidades de Retaguarda desde a sua ativação.

Braga, 26 de fevereiro de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Rio

ADENDA
AO
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO
CELEBRADO COM A
CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

PARA FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DE APOIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO E NA ESTRUTURA DE APOIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO PROFILÁTICO E PESSOAS INFETADAS SEM NECESSIDADE DE INTERNAMENTO HOSPITALAR NO CONCELHO DE BRAGA
EM 1 DE OUTUBRO DE 2020

Considerando que:

1. Continua a manter-se a situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19.
2. Foi renovado uma vez mais o estado de emergência.
3. As duas estruturas municipais de retaguarda, criadas pelo Município de Braga, a saber: (i) uma estrutura de apoio para pessoas em situação de sem-abrigo; e (ii) uma estrutura de apoio para pessoas em situação de isolamento profilático e pessoas infetadas sem necessidade de internamento hospitalar (que não disponham de condições familiares e ou estruturais para cumprirem o isolamento nas habitações próprias), têm sido imprescindíveis no apoio conforme evidenciado no relatório em anexo (anexo II).
4. Estas estruturas exigem coordenação e acompanhamento 24 horas diárias, sete dias por semana;
5. A estrutura funcional atualmente existente, exige que seja formada, quer no âmbito das suas funções de prestadores de cuidados de higiene e

acompanhamento, quer no âmbito de intervenção em ambiente COVID, por posturas de trabalho diferenciadas e especializadas, exigências dominadas pela Cruz Vermelha Portuguesa.

6. Esta pessoa coletiva de utilidade pública sem fins lucrativos integra diversas valências que a adequam ao acompanhamento que o Município de Braga necessita dar à situação excecional verificada, designadamente:
- dispõe de uma estrutura capacitada;
 - dispõe de uma estrutura multidisciplinar (enfermeiros, auxiliares, técnicos);
 - dispõe dos equipamentos necessários.

Por fim, considerando ainda que:

7. É fundamental ter presente a necessidade imperiosa destes equipamentos continuarem em funcionamento, mitigando toda e qualquer circunstância que possa limitar ou condicionar esse funcionamento, em face do atual contexto pandémico.

Assim, e de acordo com o disposto na Cláusula 11^a do Protocolo em vigor, decidem as Partes, de comum acordo, e pelos motivos expostos:

1. Prorrogar o prazo de vigência do mesmo, **até 30 de junho de 2021.**
2. Manter em vigor todo o clausulado do Protocolo celebrado em 1 de outubro de 2020, designadamente as obrigações de ambas as Partes.
3. Comprometendo-se o Município a efetuar o pagamento do montante total máximo de **€53.537,03 (cinquenta e três mil quinhentos e trinta e sete euros e três cêntimos)** pela manutenção do funcionamento das estruturas, para um total de mais **4 (quatro) meses** de vigência do presente protocolo, de acordo com o quadro financeiro em anexo à presente adenda ao Protocolo celebrado.



BRAGA
Município

4. A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento na rubrica 0105 080701, do orçamento do Município de Braga tendo-lhe sido atribuído o registo compromisso n.º 69804.

Braga, 26 de fevereiro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

O Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga,